DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1º ANO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição – como expressão e instrumento do regime democrático – é oferecer a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou jurídica, de conformidade com o artigo 134 da Constituição Federal.

São consideradas vulneráveis as pessoas que, em razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

Com a missão de garantir os princípios constitucionais de acesso à justiça e igualdade entre as partes, bem como de zelar pela efetivação dos direitos fundamentais a todos, a Defensoria Pública desponta como uma das mais relevantes instituições públicas, fundamentalmente comprometida com a democracia, a efetividade da Constituição Federal e a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
Antonio Flávio de Oliveira

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Rafaela Consalter

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Alexandre Brandão Rodrigues

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Melissa Torres Silveira

CORREGEDOR-GERAL
Cristiano Vieira Heerdt

DEFENSOR PÚBLICO CHEFE DE GABINETE
Enir Madruga de Ávila

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES DE GABINETE
Marcelo Candiago
Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros

GESTÃO ESTRATÉGICA
Rogério Souza Couto

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES INSTITUCIONAIS
Laura Silva Dias
Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado
Cristiano Bertuol

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES JURÍDICOS
Arion Escorsin de Godoy
Eduardo Pereira Lima Zanini
Fabrício Azevedo de Souza

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES ADMINISTRATIVOS
Caroline Lima e Silva Mazzola Panichi
Rodrigo Gomes Pinho
Marcos Vinicius Martins

SUBCORREGEDOR-GERAL
Alcindo Strelow

DEFENSORES PÚBLICOS-CORREGEDORES
Liseane Hartmann
Tiago Rodrigo do Santos
Antônio Augusto Korsack Filho

CENTRO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (CECADEP)
Samara Wilhelm Heerdt

DIRETOR-GERAL
Leo Faller Becker

PALAVRA DO
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO

Prezados defensores(as), servidores(as) e estagiários(as),

No último mês de abril completamos um ano de gestão. Ao longo desse período, tivemos a desafiadora missão de administrar, reorganizar e seguir prestando um bom atendimento aos assistidos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, mesmo com todos os impactos resultantes da pandemia de covid-19, algo novo e desconhecido para todos.

Em meio ao número gigantesco de mortes, da dor de perder conhecidos, amigos e familiares, não paramos em momento algum, afinal, uma instituição tão importante para o Estado Democrático, deve seguir e se readaptar. Somos e sempre seremos uma instituição de portas abertas para todos e todas.

De forma presencial ou em home office, proporcionamos, a todos que atuam na Defensoria, condições de seguir prestando o excelente trabalho, que é a nossa principal característica, aliando tecnologia com o nobre sentimento de humanidade, sempre presente na essência da DPE/RS.

Com a crise econômica, 154 mil novos assistidos passaram a procurar nossa instituição, demonstrando a necessidade de fortalecer cada vez mais o acesso à Justiça gratuita. Realizamos mais de 1,2 milhão de atendimentos, de forma presencial, por telefone, e-mail e demais plataformas que foram criadas.

Entre tantas ações que os senhores e as senhoras perceberão ao longo desse relatório, destaco que, com muito esforço e readaptação do orçamento, reforçamos e ampliamos nossos sistemas de Tecnologia da Informação, adquirindo novos equipamentos. Isso, por si só, proporcionou um salto gigantesco para o presente e o futuro da Defensoria Pública.

Visando a proporcionar conforto, segurança e acessibilidade para os agentes, servidores, estagiários e assistidos, concluímos as novas instalações de 13 sedes e entregamos quatro novas Defensorias nas cidades de Planalto, Nonoai, Pinheiro Machado e Herval. Nas próximas semanas, as cidades de Nova Petrópolis e Feliz também contarão com espaços físicos, aumentando nossa abrangência no Rio Grande do Sul. Destaco que, em razão da variação desproporcional do IGP-M, renegociamos os contratos de locação da Defensoria Pública, gerando uma economia para os cofres da instituição de R$ 579 mil para o ano de 2021.

Priorizando a conversa para resolução de problemas e atendimento de demandas dos agentes que atuam na ponta, desenvolvemos o projeto Diálogos de Gestão, com mais de 80 reuniões entre Administração Superior e defensores, em um ano. Ampliamos também a nossa Comunicação, dando mais visibilidade ao trabalho dos senhores e das senhoras, com novos formatos, novos conteúdos, tanto voltados para a imprensa, quanto ao público interno e aos nossos assistidos.

Por meio de nossos Núcleos Especializados, entre outras coisas, elaboramos campanhas para fomentar a resolução de conflitos de maneira extrajudicial. Criamos ainda a Câmara de Conciliação Criminal, com o objetivo de tratar adequadamente o conflito criminal dentro de uma nova ótica de resolução que não apenas a perseguição da culpa e da imposição de um castigo coercitivo, solução que é dada pelo sistema tradicional. Estamos ainda trabalhando para a criação de novos Núcleos Especializados voltados, por exemplo, ao combate ao racismo e à proteção dos idosos.

Fundamental para o crescimento institucional, fortalecemos nossa relação com os demais Poderes e instituições autônomas. Nesse mesmo sentido, sensíveis ao momento crítico e sabendo da real necessidade, juntamente com o governo estadual, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, participamos do acordo para a destinação de R$ 90 milhões aos hospitais gaúchos, a fim de ampliar leitos e atender os milhares de pacientes com covid-19. Antes disso, já havíamos firmado acordo inédito no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Movimento positivo, que encaminha a melhor solução possível para o orçamento do Estado no ano de 2021, e celebrável não só para a Defensoria Pública, mas para todos os gaúchos pela maneira qualificada, leal e responsável que foi conduzida.

Por fim, nesta prestação de contas do primeiro ano de gestão, gostaria de agradecer imensamente aos defensores e defensoras, servidores e servidoras, estagiários e estagiárias da instituição, que executam e tornam reais os nossos projetos. Reitero que seguiremos trabalhando em prol da igualdade, da justiça e do exercício de humanidade em favor dos vulneráveis.

Antonio Flávio de Oliveira
Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul

ATUAÇÃO

(ABRIL DE 2020 – ABRIL DE 2021)

- **154.142 novos assistidos**
  (ampliando a base total para 1.785.214)
- **1.287.308 atendimentos**
- **46.055 novos processos**
- **817.318 peticionamentos**
- **69.543 audiências**
- **155 plenários do Tribunal do Júri**
- **286.874 processos físicos recebidos em carga**
- **653.441 intimações eletrônicas recebidas**

RELATÓRIO DO 1º ANO DE GESTÃO

(ABRIL DE 2020 – ABRIL DE 2021)

8 GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

13 SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

23 SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

35 SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

RESOLUÇÕES

Regulamentação do **Peticionamento Integrado**, cumprimento do Termo de Cooperação Técnica firmado no âmbito do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), através da Resolução DPGE nº 09/2020.

Em 2020, foram 1.276 solicitações de peticionamento integrado enviadas e recebidas. Entre janeiro a abril de 2021, já são 347, garantindo o acesso à justiça aos assistidos que são partes em processos nos diversos estados do País.

Regulamentação da **Revista da Defensoria Pública**, através da Resolução DPGE nº 17/2020.

Estabelecimento de critérios para o **compartilhamento de funções em regime de substituição e acumulação**, através da Resolução DPGE nº 22/2020.

Criação e organização do serviço **Alô Defensoria**, através da Resolução DPGE nº 26/2020.

Regulamentação do Processo de Avaliação de Desempenho e Competências e dos critérios de **Progressão e Promoção dos cargos de Analista e Técnico** da Defensoria Pública do Estado, através da Resolução DPGE nº 03/2021. A Resolução foi editada a partir do resultado dos trabalhos de comissão composta por membros, servidores e Asedepers.

Criação da **Política de Gestão Documental** da DPE/RS e aprovação do Plano de Classificação de Documentos, da Tabela de Temporalidade de Documentos e do Manual de Gestão Documental, através da Resolução DPGE nº 04/2021.

Reorganização do **Programa de Estágios** da Defensoria Pública, incluindo a modalidade de estágio jurídico de pós-graduação, através da Resolução DPGE nº 05/2021.

Instituição da **Política de Proteção de Dados Pessoais** da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, através da Resolução DPGE nº 07/2021.

Instituição e regulamentação do **programa de assistência à saúde suplementar** no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul mediante auxílio-saúde aos defensores, servidores, ativos e inativos, e pensionistas da Defensoria Pública do Estado do

Rio Grande do Sul, verba de caráter indenizatório, mediante ressarcimento de despesas com planos de assistência médica, hospitalar, psicológica e/ou odontológica, através da Resolução DPGE nº 08/2021.

Regulamentação do **fluxo eletrônico de recusa de atuação** pelos membros da Defensoria Pública através das Resoluções DPGE nº 09 e 11/2021.

Em 2020 foram analisadas 315 arguições de recusa de atuação. Entre janeiro e abril de 2021, já foram analisadas 74.

Regulamentação do **procedimento de arguição de conflito e de esclarecimento de dúvida sobre atribuição** entre órgãos de atuação e entre estes e Núcleos Especializados, através da Resolução DPGE nº 10/2021.

Criação do projeto **"Diálogos de Gestão"**, que visa a aproximar e reforçar o diálogo entre Administração e defensores que atuam na ponta: Iniciadas em abril de 2020, as reuniões do projeto "Diálogos de Gestão" buscam resolver de forma mais ágil eventuais demandas que surjam, bem como discutir e apresentar temas institucionais aos participantes. Ao longo do período, já foram realizados mais de 70 encontros virtuais.

PRINCIPAIS ORDENS DE SERVIÇO

Regulamentação do **funcionamento da Defensoria Pública do Estado no período de pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)**, através das OS nº 13, 21, 22, 23, 30/2020 e 01/2021.

Estabelecimento temporário e regulamentação do **plantão virtual de sobreaviso criminal** no âmbito da Defensoria Pública do Estado, através das OS nº 25/2020 e 02/2021.

Organização do **Projeto Missão Defensoria no Veraneio 2021** nas Defensorias Públicas Regionais de Capão da Canoa, Torres e Tramandaí, através da OS nº 28/2020.

DECISÕES PROFERIDAS PELO DPGE EM EXPEDIENTES

2020	2021
422	**103**

COMUNICAÇÃO

Aprimoramento e expansão da **comunicação interna e externa**.

Produção de **vídeos especiais** para datas comemorativas.

Transformação de boa parte dos **conteúdos em vídeos**.

Intermediação de **556 entrevistas** com defensores e defensoras na imprensa.

Mais de 1.500 matérias publicadas na intranet e site institucional .

Desenvolvimento de **novos layouts** para campanhas e conteúdos.

Reforço na **presença em redes sociais** (facebook, instagram, youtube, spotfy, twitter) com aumento significativo de seguidores.

Realização de **mais de 40 lives** para com o objetivo de discutir temas relacionados ao trabalho da instituição.

Novo formato de **envio de comunicados aos servidores e defensores** através de pequenos vídeos.

Realização de **entrevistas coletivas** com a imprensa para situações de grande interesse público, como o caso da morte de homem negro nas dependências do hipermercado Carrefour.

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA **ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

FERRAMENTAS E INOVAÇÕES

CSI SUBINST: Sistema de gerenciamento de demandas de Defensores(as), permitindo fluxo transparente e dinâmico entre Secretaria – Assessoria Institucional – Subdefensora Pública-Geral.

De 29 de maio de 2020 até 14 de abril de 2021 foram **1538** atendimentos, tendo sido finalizados 1525 com tempo mediano de resolução de 300 minutos.

Entre as principais solicitações e orientações estão:

- 224 análises de planos de substituição para fins de férias;
- 147 análises de compartilhamento, busca do agente e demais questões envolvendo substituições/acumulações;
- 133 análises de Ofícios recebidos;
- 113 análises de intimações devolvidas;
- 103 análises de pedidos de licenças/afastamentos;
- 86 diligências para organização do plantão de sobreaviso;
- 78 pedidos de designação em júris;
- 64 chamados envolvendo o atendimento de assistidos;
- 47 dúvidas envolvendo atribuições/competências;
- 26 pedidos de dispensas/impedimentos.

CONSULTA INSTITUCIONAL: Consulta direta, via intranet, dos agentes com atuação em cada uma das Defensorias. Permite a consulta por "Defensoria de atuação" ou por "Defensor(a) Público(a)".

WORKFLOW PARA ASSINATURA ELETRÔNICA DOS ATOS, PORTARIAS E RESOLUÇÕES: Sistema idealizado pela SubInst para garantir celeridade às publicações dos nossos atos.

DISTRIBUIÇÃO INTEGRALMENTE AUTOMÁTICA DAS INTIMAÇÕES VIA PORTAL DA DEFENSORIA: Após intervenção da SubInstitucional, todas as intimações, inclusive as de urgência, passaram a ser automaticamente distribuídas, o que confere maior segurança e menos tempo para que o ato chegue ao agente responsável.

DEVOLUÇÃO MOTIVADA DAS INTIMAÇÕES ELETRÔNICAS: Esta medida permite maior agilidade e certeza no momento de elucidar as dúvidas dos agentes sobre a destinação das intimações eletrônicas.

REVISÃO GERAL E IMPLANTAÇÃO DE VÍNCULOS NO PORTAL DA DEFENSORIA: Foram revisados os vínculos existentes e criados vínculos específicos de todas as Defensorias e deslocamentos, a fim de conferir certeza e exatidão aos dados das atribuições de cada Defensoria.

IMPLANTAÇÃO DO FLUXO DE FÉRIAS SEM INDICAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SUBSTITUTO: Quando a marcação das férias ocorrer com a antecedência mínima de 40 dias, não há necessidade de indicação do substituto, que é contatado diretamente pela nossa equipe.

INTEGRAÇÃO DOS FLUXOS DE FÉRIAS E FOLGAS: Possibilita o pedido do período de férias e das folgas no mesmo fluxo.

MEDIDAS PARA GARANTIA DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO

Fale Conosco da Defensoria Pública: Implantado novo fluxo para atendimento aos assistidos que solicitam informações via "Fale Conosco". De setembro de 2020 a abril de 2021 foram registrados no Portal da Defensoria **1.076 atendimentos** realizados pela Subdefensoria Institucional.

Portarias de substituição "de tabela": Publicação de portarias de substituição para todas as Defensorias Públicas, garantindo que todos os agentes tenham ao menos um(a) substituto(a) de tabela, medida essencial para a continuidade do serviço, especialmente nos casos de afastamento de urgência.

Remoções: Efetivação de **101 remoções** e **08 classificações** por ciclos decorrentes de Edital de Vacância, sem solução de continuidade do serviço, tendo sido, por nossa provocação, alterado o entendimento acerca do momento de início do trânsito e de vacância do cargo, o que permite o pagamento da gratificação de acumulação desde o primeiro dia da remoção do agente que deixa cargo vago.

- Publicação de Decisão nº 02/2020, DED de 20/05/2020 – 52 remoções
- Publicação de Decisão nº 08/2020, DED de 13/11/2020 – 49 remoções e 08 classificações

COMUNICAÇÃO

Suporte e apoio técnico em horário integral pelo telefone funcional – **WhatsApp do Plantão Institucional** (fone 51 98410-5532): para dúvidas e medidas urgentes, como a vinculação a processos para interposição de agravo ou propositura de *habeas corpus*.

Envio regular de comunicados essenciais à atividade fim – **DROPSSubInst:** foram enviados 32 drops, encaminhando orientações, normativas e informando ações com agilidade e fidedignidade.

ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS

- Orientação nº 02/2020 – "Atendimento Protegido"
- Orientação nº 03/2020 – "Peticionamento pelo Portal da Defensoria"
- Orientação nº 04/2020 – "Precatórias Cíveis Eletrônicas"
- Orientação nº 05/2020 – "Atendimento Remoto – Local"
- Orientação nº 01/2021 – "Adiamento de atos processuais durante a bandeira preta"
- Orientação nº 01/2020-SUBJUR/SUBINST – "Estabelece diretrizes para o atendimento dos casos de suspensão excepcional e temporária das audiências de custódia"
- Orientação nº 01/2021 – CGDPE/SUBINST- "Atendimento Remoto"
- Orientação nº 02/2021 – CGDPE/SUBINST - "Alô Defensoria"

ATUAÇÃO PERANTE O CSDPE

PARECERES E ESTUDOS OBJETIVOS – ATRIBUIÇÕES

Parecer nº 02/2020 – Data: 12/06/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20-3000-0001217-1 – **Alteração das atribuições das Defensorias Públicas Especializadas Criminais do Foro Central – Juizado do Torcedor e Grandes Eventos**.

Parecer nº 14/2020 – Data 10/06/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20-3000-0001246-5 – **Alteração das atribuições da Defensoria Pública Regional da Santana do Livramento**.

Parecer nº 15/2020 – Data 17/06/2020 – Expediente nº 01630-30.00/18-6 – **Alteração das atribuições da 5ª Defensoria Pública Especializada em Infância e Juventude do Foro Central (Audiências da Justiça Instantânea – Deca)**.

Parecer nº 17/2020 – Data 02/07/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001294-5 – **Autorização para cursar aulas do programa de Mestrado da UFPEL como aluna especial**.

Parecer nº 17/2020 – Data 03/08/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20-3000-0001474-3 – **Criação da 8ª Defensoria Pública de Viamão**.

Parecer nº 20/2020 – Data 09/09/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001214-7 – **Análise dos limites das atribuições das Defensorias Públicas com atuação na Justiça Militar – Inquérito Policial Militar, Autos de Prisão em Flagrante e Procedimentos Disciplinares**.

Parecer nº 21/2020 – Data 11/09/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001696-7 – **Alteração das atribuições da Defensoria Pública Regional do Júri do Foro Central**.

Parecer nº 08/2021 – Data 03/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002053-0 – **Alteração das atribuições da Defensoria Pública Regional do Júri do Foro Central**.

Parecer nº 24/2020 – Data 26/10/2020 – Expediente nº 001880-30.00/18-1 – **Alteração das Atribuições da Defensoria Pública Regional de Montenegro**.

Parecer nº 25/2020 – Data 11/11/2020 – Expediente Avulso – **Conflito de atribuições – Órgão de Atuação X Nudeam**.

Parecer nº 27/2020 – Data 03/11/2020 – Expediente nº 002221-30.00/17-3 – **Alteração das atribuições da Defensoria Pública Regional de Capão da Canoa**.

Parecer nº 01/2021 – Data 14/01/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002067-0 – **Criação da 7ª Defensoria Pública Especializada em Família, Sucessões e Curatelas do Foro Central**.

Parecer nº 02/2021 – Data 21/01/2021 – Expediente nº 002006-30.00/18-5 – **Alteração das atribuições para atuar perante as Turmas Recursais da Fazenda Pública**.

Parecer nº 10/2021 – Data 03/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002066-2 – **Criação da 10ª Defensoria Pública Especializada em Infância e Juventude do Foro Central**.

Parecer nº 17/2021 – Data 12/04/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0000666-5 – **Alteração das atribuições da Defensoria Pública Regional de Gravataí**.

VOTOS

VOTO 01/2020 – Data 19/08/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 19/3000-0000800-4 – **Regulamentação do artigo 35 da Lei Complementar Estadual nº 14.130/2012**.

VOTO Vista 02/2020 – Data 19/08/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001093-4 – **Padronização de atendimentos e de agendamentos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**.

VOTO 03/2020 – Data 11/09/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001526-0 – **Autorização para residir em Comarca diversa da do local de atuação**.

VOTO 01/2021 – Data 25/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001312-7 – **Atuação da Defensoria Pública na condição de representante de assistente de acusação**.

DILIGÊNCIAS – Despacho nº 15/2021 – Expediente nº 21/3000-0000757-2 – Consulta aos agentes que atuam em regime de acumulação – cumprimento do determinado pelo Relator

no voto proferido nos autos do TExpediente nº 002221-30.00/17-3.

PARECERES, CONVÊNIOS E OUTROS ASSUNTOS

Parecer nº 10/2020 – Data 22/05/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001146-9 – **Projeto de Inserção da Assistência Farmacêutica**.

Parecer nº 11/2020 – Data 17/04/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001003-9 – **Minuta de Portaria Conjunta que estabelece o Parlatório Virtual nas unidades prisionais do Estado do Rio Grande do Sul**.

Parecer nº 12/2020 – Data 26/05/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 19/3000-0002794-7 – **Convênio. Acordo de Cooperação Técnica. Poder Judiciário. Intimações urgentes. E-proc**.

Parecer nº 13/2020 – Data 03/06/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001244-9 – **Protocolo de Intenções – Projeto "Nenhuma Casa Sem Banheiro" – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU)**.

Parecer nº 18/2020 – Data 20/08/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001507-3 – **Renovação. Fluxos e procedimentos relativos ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes na Comarca de Porto Alegre**.

Parecer nº 19/2020 – Data 27/08/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001549-9 – **Renovação. Convênio. Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal**.

Parecer nº 22/2020 – Data 22/09/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001774-2 – **Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS). Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)**.

Parecer nº 23/2020 – Data 07/10/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 19/3000-0001902-2 – **Termo de Cooperação com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 26/2020 – Data 06/11/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002028-0 – **Termo de Cooperação Técnica e Operacional Projeto Pai Presente. Quarto aditivo contratual. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 28/2020 – Data 11/11/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001547-2 – **Termo de Cooperação Técnica. Prorrogação automática da vigência. Análise do mérito administrativo. Instrução Normativa Cage nº 06/2016**.

Parecer nº 29/2020 – Data 18/11/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 19/3000-0001698-8 – **Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica e ao Termo de Compromisso. Projeto SER Saúde. Prorrogação da vigência. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 30/2020 – Data 18/11/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001871-4 – **Termo de Cooperação com o Município de Turuçu. Renovação. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 31/2020 – Data 19/11/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002096-4 – **Acordo de Cooperação com a Fundação Universidade de Passo Fundo. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 32/2020 – Data 20/11/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002018-2 – **Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Universidade Federal de Pelotas. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 33/2020 – Data 07/12/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002276-3 – **Participação na Rede Colaborativa de Direitos Humanos, Equidade de Gênero, Raça e Diversidade**.

Parecer nº 34/2020 – Data 09/12/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002250-9 – **Gercon – Sistema de gerenciamento de consultas em saúde**.

Parecer nº 35/2020 – Data 15/12/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 19/3000-0002034-9 – **Cresce/RS – Termo de Cooperação Técnica**.

Parecer nº 36/2020 – Data 17/12/2020 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002312-2 – **Mediajur – UPF – Carazinho**.

Parecer nº 03/2021 – Data 04/02/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002133-2 – **Termo de Cooperação nº 96/2020. Capacitação e treinamento de mediadores e conciliadores. Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul**.

Parecer nº 04/2021 – Data 09/02/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-

0000794-1 – **Projeto elaborado pelo Núcleo de Defesa das Famílias (Nudefam). Implementação de equipes de conciliação. Defensorias Públicas Especializadas em Família da UCAA**.

Parecer nº 05/2021 – Data 08/02/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 18/3000-0000789-4 – **Convênio com o Município de Santa Vitória do Palmar. Renovação. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 06/2021 – Data 08/02/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 19/3000-0002519-7 - **Convênio com o Município de Lajeado e com a Universidade do Vale do Taquari – Univates. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 07/2021 – Data 09/02/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 21/3000-0000581-2 – **Termo de cooperação. Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental – Gisa. Renovação. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 09/2021 – Data 01/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0001239-2 – **Termo de Cooperação nº 087/2020 – DEC. Primeiro aditivo contratual. Prorrogação. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 11/2021 – Data 09/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 21/3000-0000610-0 – **Projeto de Mutirão de Conciliação e Mediação elaborado pelo Núcleo de Defesa das Famílias e pelo Núcleo da Defesa Cível. Juízo de oportunidade e conveniência**.

Parecer nº 12/2021 – Data 18/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 20/3000-0002238-0 – **Acordo de Convênio com a Unisinos. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 13/2021 – Data 15/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 21/3000-0000667-3 – **Mediajur – UPF – Carazinho**.

Parecer nº 14/2021 – Data 24/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 19/3000-0001092-0 – **Termo de cooperação. Projeto de mediação em Porto Alegre. São Judas Tadeu**.

Parecer nº 15/2021 – Data 24/03/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 21/3000-0000369-0 – **Termo de cooperação. Acesso aos sistemas Gercon e Gerint**.

Parecer nº 16/2021 – Data 07/04/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 21/3000-

0000768-8 – **Termo de Cooperação Técnica nº 145/2016 – DEC. Renovação. Análise do mérito administrativo**.

Parecer nº 18/2021 – Data 12/04/2021 – Processo Administrativo Eletrônico nº 19/3000-0001092-0 – **Termo de cooperação. DEMHAB. SMHARF. Município de Porto Alegre. Solução extrajudicial de conflitos**.

INICIATIVAS INSTITUCIONAIS

GT Atendimento – Coordenação (Portaria nº 632/2020, DED 13/08/2020).

GT Merecimento – Coordenação (Portaria nº 1019/2020, DED de 04/12/2020).

Plantão de Sobreaviso para APFs: Idealização do sistema do plantão virtual de sobreaviso criminal, com o acompanhamento técnico, a organização das escalas, o controle das folgas e a intermediação permanente com a Corregedoria-Geral da Justiça. A iniciativa, que conta com a participação de **117 defensores e defensoras**, viabilizou a análise e manifestação em cerca de **1.295 APFs expedidos** em todo o estado desde 24 de outubro de 2020, tendo sido garantida a concessão de **939 folgas compensatórias**.

OUTROS NÚMEROS

101
DESPACHOS ORDINÁRIOS

74
MANIFESTAÇÕES EM EXPEDIENTES

58
OFÍCIOS EXPEDIDOS EXTERNOS

1554
RELATÓRIOS DE PRODUTIVIDADE E DE SUBSTITUIÇÃO ANALISADOS

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA **ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

NOVAS SEDES

No primeiro ano de gestão foram concluídas 13 instalações de sedes, com previsão de conclusão para as próximas semanas de mais quatro novas sedes:

2020:

1. Canoas
2. Cacequi
3. Santana do Livramento
4. Alvorada
5. Cerro Largo
6. Frederico Westphalen
7. Sapiranga
8. Caxias do Sul
9. Santo Ângelo
10. São Sepé

2021:

11. Alegrete
12. Piratini
13. Três Passos

ESTRUTURAÇÃO DE NOVAS DEFENSORIAS

Durante o período, foram instaladas quatro novas Defensorias no Estado do Rio Grande do Sul, com estruturação de salas no interior dos fóruns de Planalto, Nonoai, Pinheiro Machado e em andamento em Herval e Nova Petrópolis.

REESTRUTURAÇÕES DE SEDES

Foram concluídas grandes **reestruturações** em sedes, que possibilitaram maior conforto, segurança e acessibilidade para os agentes, servidores, estagiários e assistidos, como é o caso de Novo Hamburgo, Gravataí, São Borja, Espumoso e Defensorias Cíveis do fórum Central de Porto Alegre, que têm mudança de andar prevista para os próximos dias.

DEMAIS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA DIRETORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO VIA CSI

As Unidades de Projeto e Execução e Fiscalização atenderam cerca de **345 chamados na Central de serviços integrados – CSI**, entre eles para estruturação de novas sedes, alteração de layout, novo mobiliário, instalação de ar-condicionado, comunicação visual, instalação de equipamentos e novas estações de trabalho.

Foram **elaborados, entre abril de 2020 e abril de 2021, mais de 40 projetos arquitetônicos de layout entre novas sedes e readequações**, que propiciaram maior conforto, acessibilidade e segurança, inclusive frente aos novos desafios impostos pela pandemia, que requerem novos e inéditos planejamentos para garantir o distanciamento social e a circulação de ar nas sedes da Defensoria Pública.

A Unidade de Manutenção recebeu, no período, cerca de **542 chamados de manutenção das diversas Sedes das Defensorias Regionais** instaladas e realizou manutenções preventivas das instalações elétricas e de ar condicionado em aproximadamente 66 sedes regionais. Do total de 974 aparelhos de ar condicionados e CDs elétricos instalados nas Defensorias e manutenção preventiva em 616 equipamentos.

SEDES VISITADAS PELOS MEMBROS DA SUBADM

Visitadas e vistoriadas mais de 100 Defensorias, visando a identificar as necessidades, propiciar melhorias e conhecer as necessidades dos defensores, servidores, estagiários e assistidos de cada Defensoria Regional.

ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA DIRETORIA DE LOGÍSTICA VIA CSI

6.531 atendimentos, dos quais 2.979 foram atendimentos diretos às Regionais e 3.552 foram atendimentos exclusivos de transporte de pessoas e bens, sendo executadas **148 Rotas** para todas as localidades do Estado.

Dentre os principais atendimentos, destacam-se as entregas de materiais relacionados à proteção contra a pandemia (álcool gel, máscaras de acrílico, máscaras descartáveis, etc.) em **178 Defensorias Públicas**, realizadas no período crítico de abril e maio de 2020, com veículo e equipe própria da DPE, devido à suspensão do serviço de malote.

Além disso, a Diretoria de Logística também distribuiu, no período, os novos notebooks para todos os Defensores Públicos do interior do estado. Este trabalho foi executado em 8 rotas e concluído **em tempo recorde de 4 semanas, passando em 85 municípios**. Somados aos esforços da Diretoria de TI foram distribuídos **390 notebooks até o momento. Também foram distribuídos 375 smartphones funcionais aos Defensores Públicos, 418 chips de voz e dados e 50 pen modens**.

GESTÃO DE IMÓVEIS

A Defensoria Pública atualmente conta com **93** Defensorias Públicas Regionais com Sede própria – imóveis locados – e as demais Defensorias Públicas Regionais instaladas junto aos espaços cedidos através de Convênio firmado com o Tribunal de Justiça, além de destinações de imóveis.

No corrente ano, em razão da variação desproporcional do IGP-M, a Diretoria de Logística, juntamente à Direção-Geral e à Unidade de Contratos e Convênios, especialmente, vem renegociando os Contratos de Locação da Defensoria Pública, sendo que, no período, foram renegociados 53 Contratos, gerando **uma economia para os cofres da instituição de R$ 579.525,53** para o ano de 2021. O cálculo considera a economia em apenas um exercício, todavia ela se estende a todo o período contratual que em regra é de 05 anos.

Na mesma senda, vem sendo alterado o índice de correção de todos os contratos, sendo o IGP-M substituído pelo IPCA, o que trará uma grande economia a médio e longo prazo.

COMPRAS

Para suprir as necessidades da instituição, foram movimentados **103 processos administrativos** e incorporados ao patrimônio **4.266 bens**, englobados os investimentos em TI, renovação da frota de veículos e mobiliários em geral. Em TI, destaca-se a aquisição de 450 notebooks de última geração, os quais foram distribuídos aos defensores públicos.

Dentre os investimentos, vale destacar que a Defensoria Pública investiu na aquisição de itens destinados ao combate da pandemia, tais como: máscaras, álcool gel, protetores faciais e protetores em acrílico para atendimento ao público. Ademais, tais itens foram distribuídos, de pronto, para todas as Defensorias Públicas Regionais do estado através de rotas específicas. Recentemente, foram adquiridas máscaras N95, já havendo sido recebida a primeira parcela destas.

No intuito de aprimorar e modernizar os procedimentos de compras e contratações, tornando os investimentos mais assertivos, econômicos e eficientes, foi realizado em 2020, pela primeira vez, o **Planejamento de Contratações e Compras**, consolidado no Processo Administrativo Eletrônico n° 20/3000-0001530-8, através do qual todas as compras e contratações do presente exercício foram previamente aprovadas, trazendo eficiência para a cadeia de suprimento, previsibilidade orçamentária e economia aos cofres da Defensoria Pública.

Ainda, no exercício, foram **revistos os fluxos de compra** juntamente à Direção-Geral e à Comissão Permanente de Licitações, o que se consolidou na Resolução DPGE n° 21/2020, bem como a **informatização do procedimento administrativo, hoje digital e desenvolvido dentro do Workflow**, o que redundou na redução da duração média do tempo de trâmite dos processos de compra de seis para dois meses.

Internamente, a Diretoria de Logística reavaliou as necessidades e buscou padronizar os itens de estoque, sendo criado o **Catálogo de Materiais de Expediente** – o qual limita e padroniza os itens disponíveis aos usuários, bem como o **Catálogo de Materiais de Infraestrutura** –, padronizando os materiais utilizados em obras de estruturação e na manutenção das Defensorias Públicas Regionais, criando, por consequência, um conceito uniforme para todas as Regionais.

LICITAÇÕES REALIZADAS

Realizadas 96 licitações, nas modalidades abaixo:

ADESÃO À ATA **15**	DISPENSA DE LICITAÇÃO **34**	INEXIGIBILIDADE **8**
PREGÃO **15**	TOMADA DE PREÇOS **34**	

CONTRATOS E CONVÊNIOS ASSINADOS

Firmados **429 termos de contratos e convênios**, incluindo aditivos e apostilamentos.

GESTÃO DE DOCUMENTOS

Neste ciclo, a Defensoria Pública concluiu o projeto de Gestão Eletrônica de Documentos, o que se concretiza na Tabela de Temporalidade Documental e no Plano de Classificação Documental.

No momento, a Defensoria vem preparando a operacionalização do projeto, o qual consiste na classificação, organização, armazenamento e descarte de documentos da instituição, tarefa que dependerá da conjugação de esforços de todos os envolvidos, Regionais e Unidades Administrativas.

Um avanço administrativo que merece destaque é a erradicação dos processos físicos, sendo que toda movimentação administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é 100% digital – PROA.

Ainda, no período, todos os processos administrativos físicos foram transformados em processo digital, ocasião em que foram digitalizados aproximadamente 200 processos de diversas naturezas.

INVENTÁRIO ANUAL:

UTILIZAÇÃO DO WORKFLOW PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

A Defensoria Pública teve um grande avanço sobre o controle patrimonial, especificamente na realização do inventário anual, passando a utilizar o fluxo do Workflow (Inventário Digital) para executar a tarefa. O formato reduz os custos operacionais com deslocamento, processos e pessoal, bem como centraliza as informações sobre o inventário somente em uma plataforma, tornando-se mais eficiente.

O procedimento mostrou-se muito eficiente, ainda mais em comparação ao número de bens da instituição. **Atualmente, o Patrimônio da Defensoria conta com 36.133 bens, totalizando um valor patrimonial de R$ 34.064.083,80**.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS:

- Edição de nova Resolução disciplinando os contratos de estágio;
- Implementação do programa de estágio de pós-graduação;
- Implementação da gestão autônoma dos contratos, sem a intermediação do CIEE;
- Realização de convênios com aproximadamente 90 Instituições de Ensino;
- Reformulação dos modelos documentais (formulários, e-mails, etc.);
- Campanha informativa interna com os estagiários para coleta de dados e documentos para o processo de migração dos Termos de Compromisso de Estágios de aproximadamente 870 estagiários;
- Criação de Contas no Banrisul para o processo de migração dos contratos para aproximadamente 870 estagiários em dezembro 2020;
- Estudo descritivo dos processos e eventos para composição de um estudo de mercado para implantação de sistema informatizado;
- Implantação de Plataforma para assinatura eletrônica dos TCE (Termo de Compromisso de Estágio);
- Criação de 198 vagas de estágio, entre vagas de graduação e pós-graduação;
- Em abril de 2020 tínhamos 900 vagas de estágio (CIEE) e hoje temos 1098;
- Migração da Folha de Pagamento para a DPE;
- Editais: 31 editais abertos no período de abril de 2020 a abril 2021.

GESTÃO DA SAÚDE DOS SERVIDORES

No período foram recebidos e encaminhados aproximadamente **280 licenças e atestados médicos** para licença de defensores e servidores. Foram confeccionados: Relatório de absenteísmo 2020; Pesquisa e relatório – absenteísmo; Pesquisa de saúde psicológica; Saúde suplementar – realizados para fundamentar o auxílio-saúde.

ACOMPANHAMENTO DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

- Controle dos dados;
- Notificação às vigilâncias dos municípios;
- Estruturação de fluxos inexistentes para solicitação de testes sem ônus para instituição, quando cabível;
- Aproximadamente 450 casos analisados, entre 145 suspeitos, 140 positivos e 150 negativos;
- Elaboração da Cartilha Covid-19, em parceria com a Unidep;
- Realização de rondas periódicas, quando viável, orientações e implementação de rotinas;
- Participação técnica na Comissão de Gerenciamento de Crise do Coronavírus;
- Elaboração de relatórios estratégicos para tomada de decisões no âmbito da Comissão de Crise;
- Elaboração de formulário para padronizar a solicitação de informações dos casos suspeitos e/ou positivos.

INGRESSO E MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES

A Unidade de Desenvolvimento de Pessoas (Unidep) iniciou **701 processos de estágio probatório**.

Ocorreram **53 exonerações de servidores: Analistas (16) e Técnicos (37)**.

Foram **nomeados: Analistas (28) e Técnicos (147): Total: 175**.

Progressão: 321 fluxos iniciados e publicados.

Remoções: 43 fluxos iniciados e publicados pelo Workflow.

Acolhimentos virtuais realizados pela Unidep com o multiplicador e o novo servidor: **26 encontros.**

PROJETOS EM ANDAMENTO NO ÂMBITO DA GESTÃO DE PESSOAS

- Publicação de Resolução disciplinando a progressão e promoção dos servidores;
- Elaboração de Minuta de Resolução do teletrabalho;
- Proposta da Política de Gestão de Pessoas em fase final de elaboração.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DTI)

GESTÃO DE TI

- Evolução de processos – alinhados às melhores práticas do ITIL;
- Gestão de Incidentes;
- Cumprimento de Requisições;
- Gestão de Problemas;
- Gestão de Acessos;
- Novo processo estabelecido;
- Gestão de Mudanças.

PORTAL DA DEFENSORIA

PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES DESENVOLVIDAS

- Solicitações de certidões de nascimento, casamento e óbito aos cartórios (integração com Sindiregis);
- Triagem de intimações;
- Integração com SEEU;
- Consulta processual;
- Intimações;
- Peticionamento (em desenvolvimento).

MELHORIAS DESENVOLVIDAS

- Integrações com E-proc Criminal, JIJ, Fazenda Pública e Violência Doméstica;
- Distribuição de intimação por atribuição com divisão por área (matéria), divisão por número sequencial e divisão por violência doméstica;
- Adição da solenidade "júri itinerante" quando da sinalização da realização de audiências pelo defensor;
- Informação de falecimento do assistido no cadastro;
- Inclusão de novas modalidades de atendimento, incluindo atendimento remoto;
- Inclusão de campo para informar o motivo da devolução de uma intimação;
- Filtros para intimações;
- Consulta por nome no E-proc (em desenvolvimento).

AQUISIÇÕES

450
NOTEBOOKS

450
WEBCAMS

300
HEADSETS PARA TELEFONIA

150
COMPUTADORES (SUBSTITUIÇÃO DOS MAIS ANTIGOS FORA DA GARANTIA)

100
MONITORES PARA INSTALAÇÃO DE 2ª TELA PARA ANALISTAS

10
COMPUTADORES PARA USO DO AUTOCAD PELA DEAM

4
WORKSTATIONS PARA DEAM E ASCOM

SERVIÇOS CONTRATADOS

- Telefonia móvel com comodato de smartphones e penmodem;
- Rede de dados para comunicação com as DPRs (link principal e secundário);
- Link de internet secundário para a Sede;
- Manutenção preventiva e corretiva para o Data Center;
- Consultoria para evolução da ferramenta de BI;
- Renovação da garantia para os 1000 minicomputadores do PMI por dois anos.

SISTEMAS CONTRATADOS

- Sistema para Gestão do PED;
- Sistema para Revista da DPE;
- Sistema para assinatura eletrônica dos termos de estágio;
- Sistema para gestão de contratos (em implantação);
- Plataforma Webex para videoconferências;
- Licenças para Deam;
- SketchUp e AutoCAD (licitação em andamento);
- Sistema para gestão de estagiários (licitação em andamento).

NOVOS SISTEMAS E MELHORIAS

- Consulta Institucional;
- Sistema para videoconferências internas;
- Sistemas para transição dos contratos de estágios CIEE - Defensoria;
- Folha de pagamento (integração com o Banrisul);
- Efetividade;
- Canal de ideias;
- Remodelagem da intranet;
- Novos relatórios no Jasper (áreas meio e fim);
- Disponibilização do CSI para a SubInstitucional;
- Painel para acompanhamento de chamados no CSI pela DTI, Deam e Dirlog.

MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA

- Instalação de Wi-Fi e câmeras de CFTV em todos os andares da Sede Administrativa;
- Monitoramento remoto do Data Center;
- Medidas para ampliação do acesso VPN;
- Aumento da velocidade do link principal de internet da Sede de 100 Mbps para 200 Mbps;
- Criação do desktop virtual para viabilizar o acesso remoto dos estagiários à rede da DPE-RS;
- Instalação de equipamentos no CRMC para cópia de segurança dos dados;
- Instalação de novos mecanismos de segurança para estações de trabalho e servidores de rede;
- Revisão de configurações de segurança de equipamentos.

ESTRUTURAÇÃO LÓGICA DE NOVOS PRÉDIOS/SALAS DA DPE

- Caxias do Sul;
- Canoas;
- Cerro Largo;
- São Sepé;
- São Borja;
- Sapiranga;
- Pinheiro Machado;
- Frederico Westphalen;
- Triunfo.

WORKFLOWS

- Novo processo unificado para solicitação de férias, licença prêmio e folgas;
- Envio de efetividade dos estagiários;
- Cancelamento de férias;
- Consumo de Ata de Registro de Preço;
- Arguição de recusa de atuação;
- Atos e Portarias para Diário Eletrônico;
- Inventário de bens patrimoniais;
- Envio do comprovante de votação;
- Votações do Conselho Superior.

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL PARA **ASSUNTOS JURÍDICOS**

ORIENTAÇÕES

• Orientação SUBJUR nº 03/2020 e Orientação Conjunta nº 01/2020 SUBJUR-SUBINST: **definição das matérias urgentes que a Defensoria Pública prestaria atendimento no período de exceção**;
• Orientação SUBJUR nº 06/2020: **sobre a participação da Defensoria Pública nas audiências realizadas por aplicativos ou outros dispositivos eletrônicos, durante a vigência do sistema diferenciado de atendimento de urgência do Poder Judiciário**;
• Orientação SUBJUR nº 01/2021 – **emprego de informações oriundas do Infoseg**;
• Orientação SUBJUR nº 02/2021 – **orientações sobre questões envolvendo Fadep**;
• Orientação Conjunta CGDPE-SUBJUR nº 01/2021 – **dispensa do ajuizamento de ações que tenham por escopo leitos de UTI adulto, enquanto não ocorrer a melhora da situação da regulação de leitos no Estado, e encaminhamento da demanda ao Nuds**;
• Orientação Conjunta CGDPE-SUBJUR nº 02/2021 – **dispensa de ajuizamento de ações visando à obtenção do imunizante contra a Covid-19, para quem não estiver contemplado na ordem de prioridades e fases estabelecidas no Plano de Vacinação Estadual e nas atualizações informativas divulgadas pela Secretaria de Saúde do Estado, e encaminhamento de eventuais demandas à Secretaria Municipal de Saúde**.

ATUAÇÕES DIVERSAS

Elaboração de Minuta de Resolução para implementação do **Teletrabalho**.

Elaboração de Minuta de Resolução para implementação do **Programa de Assistência à Saúde Complementar**.

Elaboração de modelo para encaminhamento de **requisição a órgãos públicos e privados**.

Elaboração de parecer acerca das **folgas compensatórias**.

Elaboração de Minuta de Resolução para regulamentação da **atuação e pagamento de advogados dativos**.

Expedição de Ofício ao Conselho de Informática Judiciária (Coninf) para **modificação, no sistema E-proc, do termo "adolescente infrator"**.

Elaboração de Minuta de Resolução para regulamentar o **procedimento de recusa de atuação** pelos membros da DPE e sistemática de compensação.

Elaboração de parecer que subsidiou **não assinatura de adesão ao Banco de Perfis Genéticos para fins criminais**.

Elaboração de parecer que subsidia **pagamento de correção monetária** incidente sobre **auxílio-alimentação devido aos defensores públicos**.

Elaboração de parecer que subsidia a **concessão de reposição do auxílio-refeição dos servidores da DPE**.

Participação no GT de elaboração de PL do **plano de carreira dos servidores da DPE**.

Elaboração de Minuta de alteração de Resolução, para implementação do **plantão de sobreaviso** e melhora na relação dias de trabalho/folgas para a **Defensoria de Santa Maria**.

Elaboração de parecer sobre **impactos da LC 173/2020** no âmbito da Defensoria Pública do Estado, dando respaldo à realização de nomeações e promoções.

Participação na elaboração do **Termo de Cooperação Técnica – ANPP**.

Elaboração de parecer pela possibilidade de **pagamento de ajusta de custo para classificação inicial**, mesmo diante das alterações da LCE 15.450/2020.

Elaboração de minuta de Ordem de Serviço para o **Projeto "Missão Defensoria no Veraneio 2021"**.

Participação em Comissões Internas: Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores; Comissão de Estudo do Plano de Carreira dos Servidores; Comissão de Estudo e Instituição do Código de Ética para DPE; Comissão para Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados; Rede de Controle da Gestão Pública do Estado; Comissão de Gerenciamento de Crise; Conselho de Tecnologia da Informação; e Fluxos Fadep.

PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

Concessão da ordem em mandado de segurança, garantindo a integridade do orçamento da Defensoria Pública.

Concessão de efeito suspensivo em Agravo de Instrumento, relativo a processo que trata da prerrogativa de vitaliciedade dos Defensores Públicos do Estado.

Certificação do trânsito em julgado na ACP do V concurso, que questionava o sistema de cotas adotado pela DPE.

Arquivamento do IC nº 01623.000.122/2018-0014 (substituição/acumulação).

Plantão Defensoria Santa Maria: ingresso de *Querela Nullitatis*, apontando nulidade no processo que determinou a realização de plantão naquela comarca.

Defensorias Municipais: defesa judicial e extrajudicial das prerrogativas institucionais frente à prestação de serviços de assistência judiciária gratuita pelos Municípios.

NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

NÚCLEO DE DEFESA EM EXECUÇÃO PENAL (NUDEP)

1) Atuação no caso de pessoas ilegalmente mantidas presas em Delegacias de Polícia e Centros de Triagem;

2) Suporte jurídico aos defensores e defensoras públicas na área de execução penal;

3) 3ª edição do Manual da Liberdade: atualização para entrega à população carcerária;

4) Análise e encaminhamento de correspondências das pessoas privadas de liberdade ao defensor(a) público(a) responsável;

5) Lançamento e realização do primeiro Curso de Capacitação – Conhecendo a Lei de Execução Penal destinado a egressos do sistema prisional, familiares, e demais integrantes da sociedade civil interessados na temática;

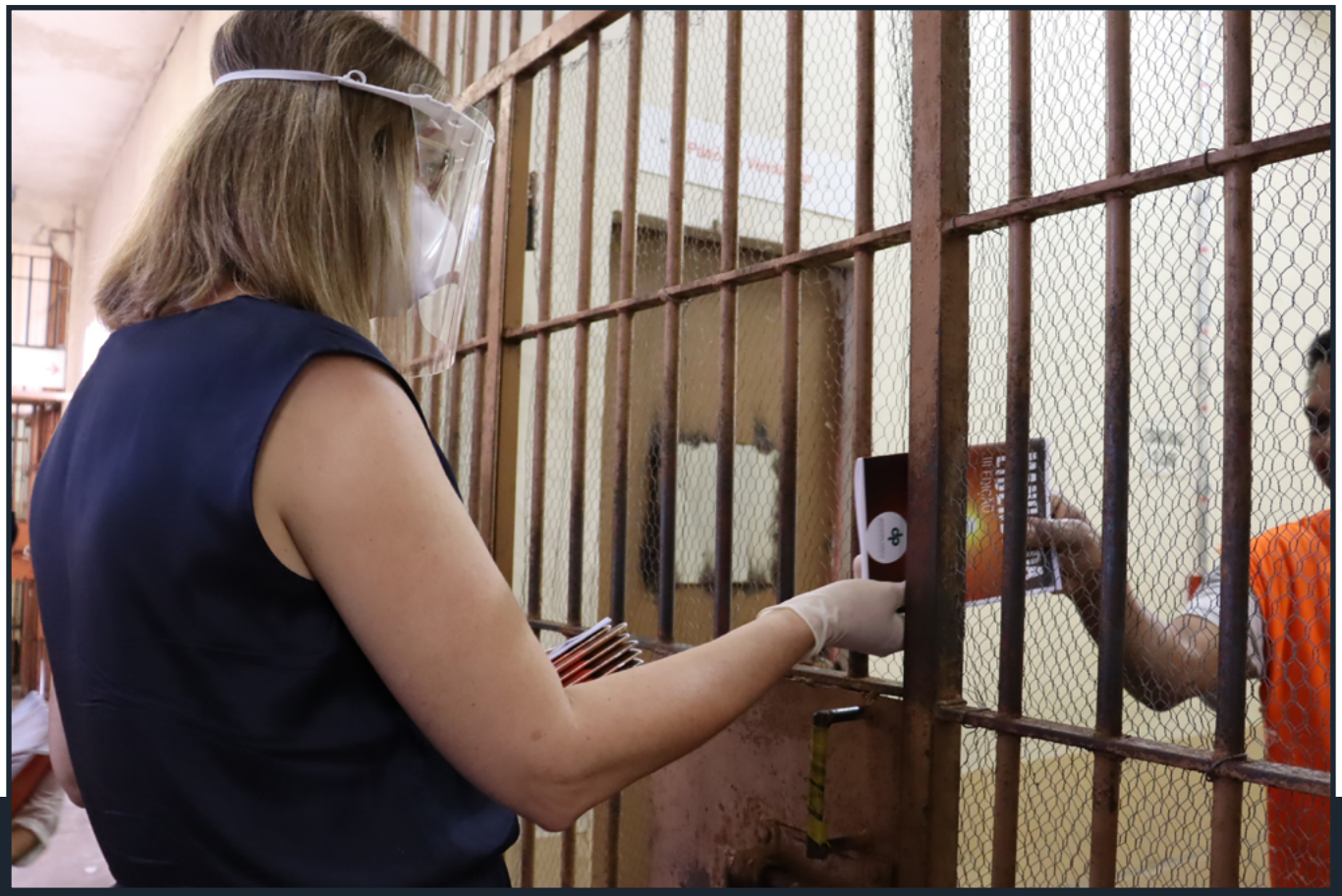
6) Lançamento do "Guia de Contatos da Execução Criminal", contendo telefones, e-mails e endereços das Varas de Execução Criminal do Estado, dos estabelecimentos prisionais e dos órgãos administrativos afetos ao sistema prisional;

7) Remessa de ofícios e realização de contatos com a Secretaria Estadual da Saúde requisitando a alteração na lista de prioridades na vacinação das pessoas privadas de liberdade e funcionários do sistema prisional;

8) Requisitada à Secretaria Estadual de Saúde e à Seapen a vacinação dos privados de liberdade que possuíssem as condições pessoais dos grupos prioritários já imunizados (idosos, indígenas e pessoas com comorbidades), o que foi imediatamente acatado, com determinação das secretarias respectivas de observância da providência;

9) Atualizações das orientações aos defensores (Comunicado 42/20 ao 48/20 ; 01/21 ao 15/21; Orientação 01/21; ENUNCIADO relativo à tese fixada no Tema 941, do Supremo Tribunal Federal);

10) Peticionamento nos expedientes que tramitam junto às Varas de Execuções Criminais das Comarcas de Porto Alegre, afetos ao Departamento de Monitoramento Eletrônico, Instituto Psiquiátrico Forense (ref. Projeto ArtInclusão) e Patronato Lima Drummond;



11) Realização de palestra visando à educação em direitos na Penitenciária Estadual de Arroio dos Ratos (Pear), com distribuição do Manual da Liberdade a todos os privados de liberdade do local;

12) Reuniões do Nudep com o Grupo de Pesquisadoras em Alternativas Penais para organização de novos cursos de capacitação/educação em direitos;

13) Provocação da Comissão Especial de Execução Penal do Condege para expedição de NOTA PÚBLICA relativa às afirmações da apresentadora Xuxa.)

14) Realização de inspeções: na Central de Instalação das Tornozeleiras Eletrônicas, localizada junto ao Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico Pio Buck, nesta capital; na Apac – Partenon, nesta capital; no Departamento de Monitoramento Eletrônico – Direção DME, localizado na sede administrativa da Susepe, nesta capital; acompanhamento de inspeção realizada pela Susepe/Seapen nas obras do novo presídio de Sapucaia do Sul;

15) Pedido de providências à Superintendência da Susepe quanto ao cumprimento do artigo 120, inciso I, da LEP, pelo Diretor da Divisão de Monitoramento Eletrônico da Susepe e quanto ao art. 129 da LEP pelas direções dos estabelecimentos prisionais;

16) Curso de recepção aos novos defensores e defensoras públicas na área de execução penal;

17) Atualização do material de apoio em execução penal disponibilizado junto à nova plataforma EAD;

18) Participação em reuniões como representante da instituição junto aos órgãos e poderes do Estado, bem como perante a sociedade civil em assuntos afetos à execução penal, com representação junto ao: Conselho Penitenciário Estadual; FIC – Fórum Interinstitucional Carcerário; Condege – Comissão Especializada em Execução Penal; Programa Justiça Presente – CNJ; Grupo Interinstitucional Covid; dentre outros;

19) Desenvolvimento do Projeto Encontros Virtuais com a realização de reuniões com todas as Defensorias Públicas do Estado com atribuição em Execução Penal, por regiões, que está sendo realizado na segunda edição;

20) Edição de Orientações aos defensores públicos, tendentes à atualização e ao incremento da atribuição a ser desenvolvida pelos defensores públicos e remessa de Comunicados no âmbito da execução penal com assuntos pertinentes ao tema;

21) Encaminhamento do pleito de criação do PAC Defensoria Pública, acolhido pela Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos, para implementação na instituição, convênio já formalizado com a Susepe, em vias de implementação.

NÚCLEO DE DEFESA AGRÁRIA E MORADIA (NUDEAM) E DEFENSORIA ITINERANTE

1) Apoio ao Projeto "Nenhuma casa sem banheiro", com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

2) Expedição de Recomendação para prorrogação das atividades dos carrinheiros, em Porto Alegre;

3) Reunião com Vereadores de Aceguá, tratando da regularização fundiária daquela cidade;

4) Reunião com a prefeita de Rosário do Sul;

5) Reunião Descomplica RS – ACP da Vila Nazaré;

6) Reunião com CIDEJA, para traçar diretrizes acerca do Termo de Convênio firmado com a Defensoria Pública para regularização fundiária dos municípios da Bacia do Rio Jaguarão;

7) Adesão formal à campanha Despejo Zero;

8) Reunião com moradores da Lomba do Sabão, contando com a participação do Demhab;

9) Reunião com alunos moradores da Casa do Estudante de Porto Alegre;

10) Ajuizamento de demandas de reintegração de posse e usucapião, a partir da realização de Mutirões de Atendimento;

11) Mutirão de apoio ao combate à violência doméstica e familiar contra mulher (Lei Maria da Penha) no Largo Glênio Peres;

12) Projeto Piloto de Mutirão Online, com a realização de atendimentos via chamadas de vídeo pelo aplicativo *Whatsapp* junto à Comunidade da Lomba do Pinheiro.

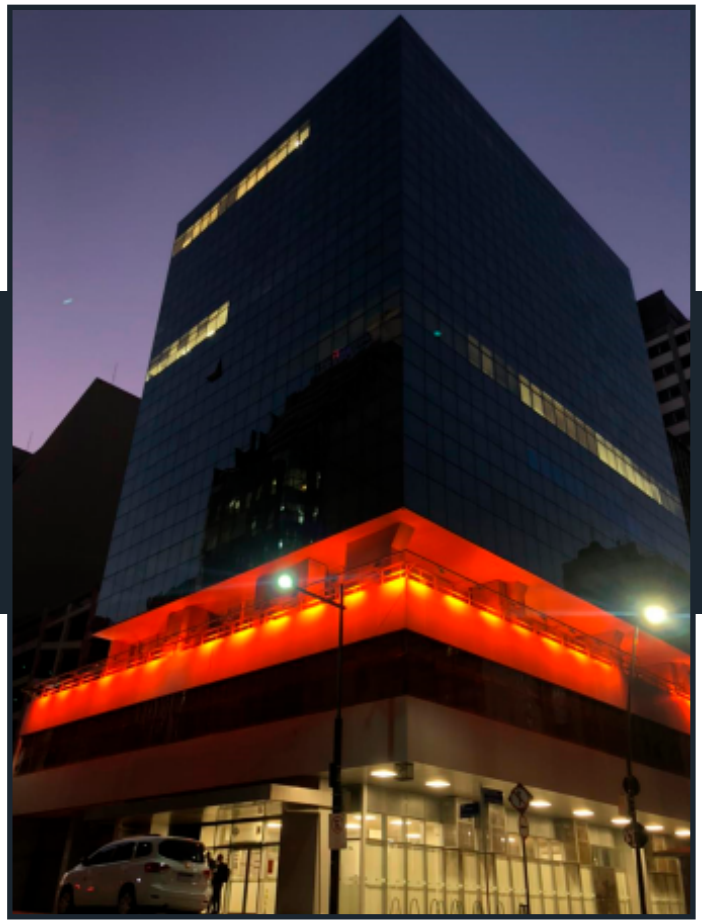
NÚCLEO DE DEFESA AMBIENTAL (NUDAM)

1) Participação no Fórum de Agrotóxicos, em 18/12/2020;

2) Participação na solenidade virtual de lançamento do Selo Delegacia de Polícia Amiga dos Animais, promovido pela Chefia de Polícia do Estado;

3) Participação de reunião perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente para tratativas de acordo judicial nos autos da Ação Civil Pública que o MP move contra Abras (Associação Brasileira de Supermercados), DMLU, Município de Porto Alegre, sobre o recolhimento, manejamento e destinação de resíduos sólidos comercializados;

4) Promoção da Campanha "Abril Laranja", com iluminação do prédio-sede em alusão ao mês de prevenção à crueldade animal;



5) Reuniões com o Gisa (Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental);

6) Participação na inspeção judicial realizada na Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros, referente ao processo nº 5049752-27.2019.8.21.0001, resultando na concessão de medida liminar para que a Arevipa retomasse atividades que estavam suspensas;

7) Participação em Audiência pública pelo FGCIA e FCCIAT.

NÚCLEO DE DEFESA CÍVEL (NUDEC)

1) Curso de capacitação para atendimento às pessoas idosas em dezembro/2020;

2) Expedição de Recomendação para que maternidades permitam que parturientes tenham um acompanhante;

3) Expedição de Recomendação à Diretoria do Centro Popular de Compras de Porto Alegre (POP Center) em conjunto com o Núcleo de Defesa Cível (Nudec), o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH) e o Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas (Nudecontu);

4) Campanha "Nome Limpo", lançada em parceria com o Nudecontu;

5) Mais de 3.900 atendimentos aos assistidos durante o período de distanciamento social, via telefone, e-mail, *Whatsapp* e SMS;

6) Mais de 400 acordos efetivados e mais de 200 sessões de conciliação (virtuais ou presenciais);

7) Expedição de mais de 150 ofícios para a garantia dos direitos dos assistidos;

8) Idealização da Semana "Conversando a Gente se Entende" em parceria com o Nudefam;

9) Acompanhamento de ações civis públicas em face de imobiliárias e do Secovi-RS (Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul) e em face da 99 Tecnologia;

10) Participação em webinários, lives e entrevistas no intuito de divulgar a prática extrajudicial da conciliação;

11) Participação em Grupos de Trabalho voltados à prática da conciliação e mediação.

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (NUDDH)

1) Campanha do Dia do Orgulho LGBT, com lançamento Cartilha “Identidade Trans”;

2) Campanha contra o capacitismo;

3) Curso Semana da Consciência Negra;

4) Audiências Públicas sobre direitos indígenas e sobre Nanismo;

5) Participação em webinário para tratar da atuação da DPE em favor da Pessoa Idosa;

6) Atuação, em conjunto com o Nudec e o Nudecontu na situação dos lojistas do POP Center durante o fechamento do local em razão da pandemia da Covid-19;

7) Participação na Oficina de Educação em Direitos sobre direitos da Pessoa com Deficiência, organizada pela DPE (Nudefam e Nudeca);

8) Acompanhamento dos protestos pela morte de João Alberto em unidade da Rede Carrefour de supermercados, no dia 19/11/2020;

9) Realização de reunião com movimentos sociais negros para tratar sobre o crime ocorrido na Rede Carrefour de supermercados;

10) Ajuizamento de Ação Civil Pública em decorrência da morte de João Alberto nas dependências da Rede Carrefour de supermercados;

11) Mutirão de Atendimento pelo Dia Internacional da não Violência contra a Mulher (25/11/2020);

12) Acompanhamento de protesto pela morte da líder comunitária Jane Beatriz da Silva Nunes, que faleceu após abordagem policial na Vila Cruzeiro, zona sul de Porto Alegre/RS;

13) LIVE – "Direitos Humanos sob a Ótica Social" (promovida em parceria com a Ouvidoria e com a Adpergs);

14) Reunião com Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 02/12/2020;

15) Entrevista para TV ASSEMBLEIA acerca de Capacitismo;

16) Publicação de Nota de Repúdio pelas declarações do ex-parlamentar e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, Roberto Jefferson, que proferiu agressões em relação ao governador do Estado do Rio Grande do Sul e contra a comunidade LGBT;

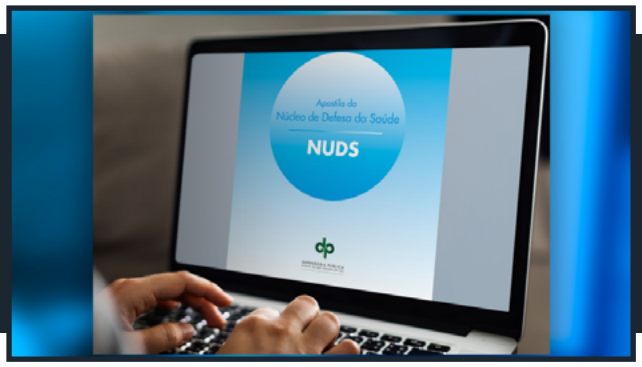
17) Ajuizamento de Ação Civil Pública contra a advogada que, durante manifestação em frente ao Palácio Piratini, proferiu frase que remete ao nazismo;

18) Ingresso na Rede Colaborativa de Direitos Humanos, Equidade de Gênero, Raça e Diversidades;

19) Divulgação do Guia de Atendimento de Pessoas em Situação de Rua.

NÚCLEO DE DEFESA DA SAÚDE (NUDS)

1) Projeto "Missão Saúde": Termo de Compromisso com Conselho Regional de Medicina para viabilizar informações e acesso aos cuidados com a saúde à população de Porto Alegre;



2) Apostila Digital com informações aos assistidos e aos integrantes da DPE, como fluxos de atendimento, sistema AME, lista de medicamentos, peças processuais e teses jurídicas;

3) Capacitações quanto ao Projeto SER SAÚDE – SOLUÇÕES EXTRAJUDICIAIS RESOLUTIVAS;

4) Elaboração de planilha com os medicamentos disponibilizados pelo SUS, CIDs correspondentes e instâncias gestoras;

5) Acompanhamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 70084443449, julgado no dia 26/03/2021, com entendimento de que a condição de incapaz não afasta a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública;

6) Expedição da Recomendação Conjunta MPF/MPU/DPE, visando à reavaliação do cabimento da adoção da flexibilização das medidas sanitárias, a título de cogestão, na região central do estado (Região Covid R01/R02);

7) Encaminhamento de Recomendações administrativas quanto aos planos de vacinação;

8) Instauração de expediente administrativo, com objetivo de formalizar Termo de Cooperação entre DPE e ERGS, visando a disponibilizar acesso aos membros da Defensoria Pública, na condição de visualizadores, aos Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação do Complexo Regulador do Estado, notadamente aos Módulos Gercon (Regulação de Consultas e Exames) e Gerint (Regulação de Internações);

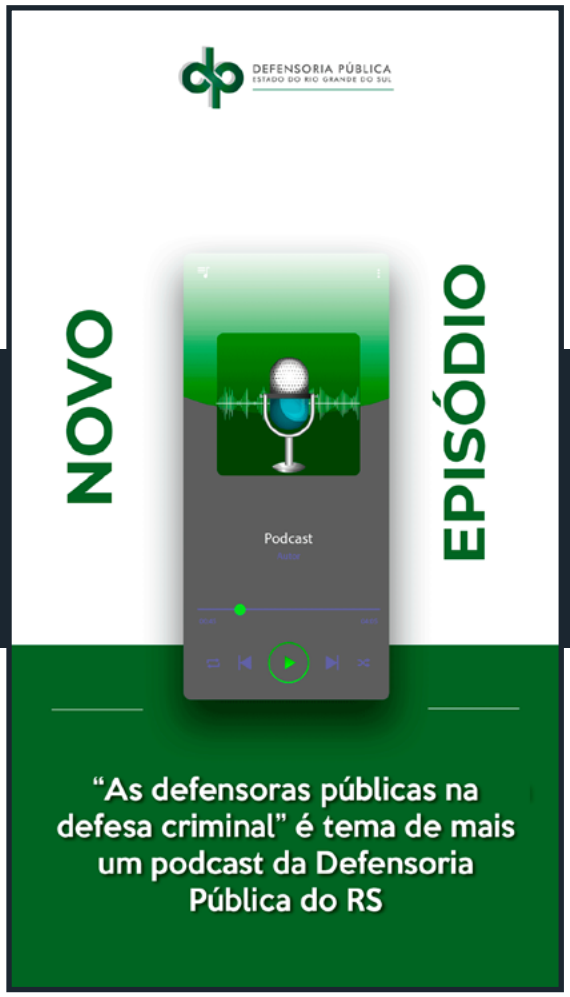
9) Encaminhamento, em conjunto com o Nudeca e o Nudecontu, de ofícios à Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, com objetivo de avaliar as condições do retorno das atividades escolares, de forma presencial, assim que houvesse atenuação da pandemia (pós bandeira preta).

NÚCLEO DE DEFESA CRIMINAL (NUDECRIM)

1) Elaboração do Manual para atuação em ANPP;

2) Curso Básico de Processo Penal para capacitação dos técnicos administrativos da DPE;

3) Pesquisas para fundamentação de teses defensivas, com destaque para "a construção jurídico-social da qualificadora do art. 121, §2º, VII, do CP, no Rio Grande do Sul";



4) Novos temas no Programa DEBATES CRIMINOLÓGICOS;

5) Continuidade do projeto "Pelo Direito de Defesa".

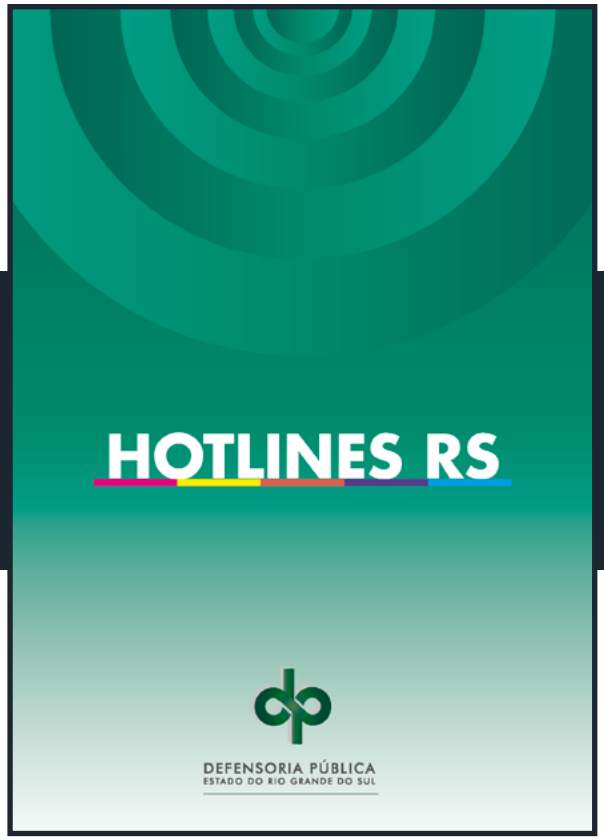
NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E TUTELAS COLETIVAS (NUDECONTU)

1) Expedição de Recomendação ao Departamento Municipal de água e Esgotos de Porto Alegre Dmae, à Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e ao Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – Sanep, para que o fornecimento de água não seja interrompido em caso de inadimplemento do consumidor, enquanto perdurar o estado de pandemia da Covid-19;

2) Expedição de Recomendação às concessionárias de energia elétrica, operadoras de Plano de Saúde e Fecomércio, em atenção à mudança de cenário pela pandemia;

3) Atuação na campanha " Nome Limpo";

4) Elaboração de cartilha contendo dados sobre as empresas mais demandadas;



5) Ajuizamento de Ação Coletiva de Consumo contra o Banrisul, com vistas a permitir a concessão de empréstimo para antecipação do 13º salário aos servidores que estivessem negativados ou com demandas judiciais em trâmite contra o banco;

6) Continuidade da apuração de potenciais danos causados à comunidade que reside na Rua Gaudino Jesus dos Santos, em decorrência da inexistência de prestação de serviços básicos;

7) Apuração da legalidade das cobranças realizadas pelas instituições financeiras a partir dos alvarás judiciais;

8) Divulgação de canal de comunicação para uso exclusivo da DPE/RS junto ao Banco PAN;

9) Acompanhamento da tramitação dos projetos de lei acerca da cobrança de taxas de licenciamento e IPVA de 2021;

10) Expedição da Orientação Conjunta nº 01/2021 – NUDS/NUDECA/NUDECONTU, com modelo de ofício, solicitando informações das Secretarias de Educação, no âmbito de cada Defensoria, sobre os protocolos sanitários a serem seguidos no retorno às aulas presenciais;

11) Entrevistas em Rádios, acerca da atuação da DPE na área do Direito do Consumidor;

12) Instauração de Padac para apuração de potenciais danos causados aos consumidores, principalmente idosos e/ou aposentados, na contratação de empréstimos consignados mediante fraude, especialmente junto ao benefício previdenciário, por parte de instituições financeiras e/ou seus correspondentes;

13) Recomendação às imobiliárias de Santa Maria/RS buscando solução extrajudicial acerca do inadimplemento de aluguéis desde o início da pandemia;

14) Ajuizamento de Ação Civil Pública contra advogada que, durante manifestação em frente ao Palácio Piratini, proferiu frase que remete ao nazismo;

15) Ajuizamento de Ação Civil Pública contra a Corsan, visando a impedir a suspensão ou corte no fornecimento de água por inadimplemento, diante das dificuldades decorrentes da pandemia;

16) Ajuizamento de Ação Civil Pública em decorrência da morte de João Alberto nas dependências da Rede Carrefour de supermercados;

17) Realização de encontros e reuniões com a sociedade civil, Conselho Estadual de Educação e Deputados Estaduais, diante da notícia de fechamento de turmas de EJAs e Neejas.

18) Elaboração de Cartilha acerca do Regime Jurídico Emergencial e Transitório de Direito Privado (RJET)

19) Envio de diversas informações, teses e modelos de peças aos defensores e servidores.

NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (NUDECA)

1) Elaboração de cartilhas de educação em direitos;

2) Atuação coletiva (extrajudicial e judicial) na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em especial na área da educação e saúde;

3) Expedição de diversos ofícios de interesse da área da infância e juventude;

4) Expedição de Recomendações à Fecomércio e à Fiergs, enquanto suspensas as aulas presenciais;

5) Expedição da Orientação Conjunta nº 01/2021 – NUDS/NUDECA/NUDECONTU – protocolos sanitários para escolas pós bandeira preta;

6) Oficinas de Educação em Direitos para Conselheiros Tutelares, em parceria com o Nudefam;

7) Oficina de Educação em Direitos para Pessoas com Deficiência, em parceria com o Nudefam;

8) Encontro de abertura e coordenação do evento transmitido pela TV Assembleia – Curta Diálogo;

9) Reunião na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para tratar do Calendário Escolar 2021 e da vacinação para os trabalhadores da educação;

10) Reunião na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para tratar da oferta de EJAs no Rio Grande do Sul;

11) Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sobre o fechamento de turmas e da totalidade do atendimento ao EJA em muitas escolas públicas do Estado, assim como as solicitações de reabertura das inscrições para 2021 (transmitido ao vivo pela TV Assembleia);

12) Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sobre alimentação na rede municipal de Porto Alegre – Lei nº 13.987/2020;

13) Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sobre educação especial no RS;

14) Reuniões da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente – Condege;

15) Lançamento do Manual de Orientação para Atuação os Defensores Públicos da Infância e Juventude do Condege;

16) Reunião com colegas do JIJ e CNJ sobre a Central de Vagas/RS;

17) Reunião com Departamento de Justiça da SJCDH sobre Central de Vagas/RS;

18) Reuniões do Comitê Colegiado RS sobre a Central de Vagas/RS;

19) Reuniões com a Presidente do CEEd (Conselho Estadual de Educação) e com a comunidade escolar sobre o fechamento de turmas de EJAs, Neejas e cursos técnicos no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o Nudecontu;

20) Orientações para o ano letivo de 2021 – CEEd – no Canal do Youtube do Conselho Estadual da Educação;

21) Participação nas reuniões do Comitê Estadual da Autoridade Central RS para Adoção Internacional;

22) Participação nas reuniões do Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência;

23) Participação nas Plenárias mensais Ordinárias e Extraordinárias do Cedica – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas reuniões da Comissão de Legislação e Normas e nas reuniões semanais dos Gestores do Cedica;

24) Participação nas Reuniões mensais do Conselho Gestor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Porto Alegre;

25) Participação nas reuniões do Conselho Gestor do PPCAAM – Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte;

26) Participação nas reuniões do Comitê Intersetorial do Plano de Convivência Familiar e Comunitária;

27) Participação nas assembleias do CEEVSCA – Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e nas reuniões da Comissão Executiva;

28) Palestrante no Curso sobre "Os Direitos das Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência" do Grupo de Trabalho do Comitê de combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes;

29) Palestrante no "Curso Virtual de Introdução aos Direitos Humanos para colaboradores de supermercados", organizado pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos junto com a Escola de Governo do Estado e a Associação Gaúcha de Supermercados (Agas);

30) Palestrante do Webinário "Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente", promovido pela Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE/RS), em parceria com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul (Cedica/RS) e o Conselho do Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul (Ceas/RS);

31) Mediadora da Live "Estratégias para Romper com a Violência – Juventudes e violências institucionais";

32) Capacitação da Comissão de Seleção dos Projetos referentes ao Edital n° 01/2020 dos recursos do Feca/Cedica e avaliação dos respectivos projetos;

33) Orientações aos defensores e servidores sobre temas relacionados à infância e juventude.

- Ofício conjunto n° 01/2021 NUDECA/NUDECONTU à SEDUC – oferta de EJA, Neeja e Curso Técnico no RS;
- Ofício n° 02/2021 à CEEd – fechamento de EJAs noturnos;
- Ofício nº 03/2021 à Seduc – alimentação escolar;
- Ofício nº 04/2021 à Smed Porto Alegre – alimentação escolar;
- Ofício nº 05/2021 à Seduc – matrículas 2021;
- Ofício nº 06/2021 à Cogepol – violência institucional;
- Ofício nº 07/2021 à Subdefensoria Pública para Assuntos Jurídicos – Provimento CGJ – Alteração do prenome e gênero de transgêneros;
- Ofício nº 08/2021 à Smed Porto Alegre – vagas para crianças cujas genitoras são vítimas de violência doméstica;
- Ofício nº 09/2021 ao JIJ NH – violência institucional;
- Ofício nº 10/2021 ao Ministério Público Estadual – violência institucional.

NÚCLEO DE DEFESA DAS FAMÍLIAS (NUDEFAM)

1) IX Formação de Instrutores das Oficinas das Famílias: autocomposição de conflitos, gestão de emoções e comunicação não violenta;

2) Curso de Formação de Facilitadores para Oficinas Online das Famílias;

3) Oficina em Direitos para Conselheiros Tutelares;

4) Oficina sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;

5) Palestra para defensores e servidores da Defensoria Pública do Amazonas;

6) Participação na aula inaugural do Curso de Formação em Mediação da empresa Clip;

7) Reuniões do GT pela Coordenação dos Métodos Autocompositivos do Condege;

8) Abertura de expediente administrativo solicitando participação de defensoras e servidoras em curso de nivelamento em mediação do Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal – Imap;

9) Elaboração do projeto de conciliação "Conversando a Gente se Entende", em parceria com o Núcleo de Defesa Cível (Nudec).

10) Abertura de expediente administrativo solicitando participação de defensores e servidores em curso básico em mediação do Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal – Imap;

11) Andamento de expediente administrativo referente à implementação de equipes de conciliação na Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento de Porto Alegre;

12) Elaboração do Manual de Ferramentas em Conciliação.

NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER (NUDEM)

1) Expedição de recomendação, em conjunto com a Câmara de Conciliação e Nuds, a fim de que fosse autorizada a permanência de acompanhante durante o período de parto e internação;

2) Participação no Projeto Máscara Roxa;

3) Curso Fesdep – "Feminismo";

4) Capacitação "Assistência à mulher vítima" – DPE/PR – Condege;

5) Mutirão de atendimento – Largo Glênio Peres (25/11/2020);

6) Entrevista Rádio Guaíba – Programa Elas por Elas;

7) Webinário com participação de Maria da Penha – Lançamento do Enfrente Mulher;

8) Participação no acompanhamento do protesto pela morte da líder comunitária Jane Beatriz da Silva Nunes, que faleceu após abordagem policial na Vila Cruzeiro, zona sul de Porto Alegre/RS;

9) Participação no lançamento do Portal de Cadastro de Projeto de prevenção à VD nas escolas – SJDH;

10) Participação na inauguração do Plantão de atendimento da Deam;

11) Participação nos Projetos “informar, prevenir e proteger”; “grupos reflexivos de gênero”; e na Comissão dos Direitos da Mulher do Condege;

12) Participação no evento “Por + Igualdade”, da Academia Brasileira de Direito Constitucional;

13) Talk Show alusivo ao Dia Internacional da Mulher.

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Enir Madruga de Ávila
Defensor Público Chefe de Gabinete

Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros
Defensora Pública-Assessora de Gabinete

Marcelo Candiago
Defensor Público-Assessor de Gabinete

Antonio Flávio de Oliveira
Defensor Público-Geral do Estado

Samara Wilhelm Heerdt
Centro de Estudos, Capacitação e Aperfeiçoamento (CECADEP)

Rogério Souza Couto
Gestão Estratégica

Melissa Torres Silveira
Subdefensora Pública-Geral do Estado para Assuntos Administrativos

Rafaela Consalter
Subdefensora Pública-Geral do Estado para Assuntos Institucionais

Alexandre Brandão Rodrigues
Subdefensor Público-Geral do Estado para Assuntos Jurídicos

Defensores Públicos-Assessores Administrativos

Caroline Lima e Silva Mazzola Panichi

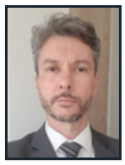
Rodrigo Gomes Pinho

Marcos Vinicius Martins

Defensores Públicos-Assessores Institucionais

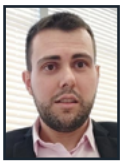
Laura Silva Dias

Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado



Cristiano Bertuol

Defensores Públicos-Assessores Jurídicos



Arion Escorsin de Godoy

Eduardo Pereira Lima Zanini

Fabrício Azevedo de Souza

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Aline Palermo Guimarães
Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH)

Flávia Rumi Steinbruch
Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (NUDEAM)

Patrícia Pithan Pagnussatt Fan
Núcleo de Defesa das Famílias (NUDEFAM)

Andreia Paz Rodrigues
Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NUDECA)

Sérgio Nodari Monteiro
Núcleo de Defesa Ambiental (NUDAM)

Tatiana Kosby Boeira
Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM)

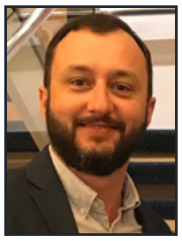
Andrey Régis de Melo
Núcleo de Defesa Criminal (NUDECRIM)

Ana Carolina Sampaio Pinheiro de Castro Zacher
Núcleo de Defesa Cível (NUDEC)

Cintia Luzzatto
Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)

Rafael Pedro Magagnin
Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas (NUDECONTU)

Aldo Neri de Vargas Junior
Núcleo de Defesa da Saúde (NUDS)



Leo Faller Becker
Diretor-Geral

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Material confeccionado pela Assessoria de Comunicação Social da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Edição de texto: Felipe Daroit
Revisão de texto: Camila Schäfer e Lauren Willers Müller
Projeto gráfico: Sandrine Knopp